

# A Ética como prática

***Muitas questões sobre a Ética na psicologia chegam ao CRP-RJ todos os dias. Mas será que existe só uma resposta? Leia nesta edição discussão sobre como a Ética pode ser pensada para além de um conjunto de regras fechadas - Págs. 3 a 11***



Comemoração do 18 de maio no Rio de Janeiro - Pág. 13

Programação do Seminário Nacional Mídia e Psicologia - Pág 15

CRESS-RJ e CRP-RJ realizam eventos em parceria - Págs. 16 e 17

Psicólogos terão desconto em plano de saúde - Pág. 18

Inscreva-se na Mostra Regional de Práticas em Psicologia - Pág. 19

Veja como foi o Congresso Regional de Psicologia - Pág. 20

# Um mundo da Ética e da Criação

*“Os objetos parecem determinar nossa conduta, mas, primeiramente, nossa prática determina esses objetos. Portanto, partamos, antes, dessa própria prática, de tal modo que o objeto ao qual ela se aplique só seja o que é relativamente a ela (...). O objeto não é senão o correlato da prática: não existe sem ela (...).”*

**Paul Veyne**

Compartilhamos com Paul Veyne e outros pensadores esta tese: são as práticas sociais que produzem incessantemente os saberes, os objetos, os desejos; enfim, o mundo e os seres que nele habitam. Diferentemente de uma certa concepção de ciência dominante no Ocidente, que se funda em uma crença nas essências e verdades imutáveis, onde tudo que existe é naturalmente dado, tentamos nos conectar com a força de um pensamento que não apenas imita ou reproduz os modelos já dados, mas onde a verdade é sempre provisória e múltipla, voltada para a potencialização; que não é algo pré-existente a ser descoberto.

Assim, tem sido importante para nós caracterizar duas formas de expressão do pensamento que estão no mundo e que se presentificam em qualquer área do conhecimento: o pensamento que se alia à diversidade da vida e o pensamento reduzido às regras, normas e certezas. *“O primeiro constrói uma ética, enquanto o segundo segue aprisionado na moral.”* **Ana Maria do Rego Monteiro de Abreu.**

Este último pensamento, dominante no Ocidente, traz um determinado modo de conceber o mundo: diante do movimento da vida em suas infinitas e múltiplas mutações, busca meios para construir um mundo ordenado, seguro e permanente; enfim, paralisar os flu-

xos, o movimento incessante. Esta filosofia, concebida por Platão, irá desqualificar o mundo das experiências sensíveis, do movimento, por sua incapacidade de se auto-ordenar e, por isso mesmo, considerado fonte de ilusão e de erro.

É preciso, pois, para Platão, buscar a ordem de um outro mundo de verdades permanentes. Ele nos fala da existência de dois mundos: o sensível e o das idéias. No primeiro, diz que não pode haver verdadeiro conhecimento, pois o domínio do sensível é apenas opinião (conjectura e crença) e não saber. Só no mundo do inteligível, das idéias, das essências, lugar dos modelos superiores, da perfeição, é possível haver verdadeiro conhecimento.

Com isso, procura a inteligibilidade dos acontecimentos e das coisas sensíveis não neles mesmos, na imanência, mas em um mundo transcendente fora da experiência sensível. O mundo sensível é, pois, uma região inferior.

Assim, esta gestão do CRP-RJ tem partido do pressuposto de que o mundo, os objetos que nele existem, os sujeitos que nele habitam, ou seja: a realidade é produção histórico-social, não tendo uma existência em si, uma essência ou natureza. As coisas são forjadas historicamente por práticas que as objetivam e que são muito bem datadas. A realidade — enquanto produção histórica, não existindo em si e por si — está sempre sendo construída pelas práticas sociais, como um trabalho jamais acabado.

*“É com esta forma de construção ética do mundo que nos aliamos. Com ela, apostamos na afirmação de novas práticas para a psicologia”*

**Paul Veyne.**

## Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro – CRP-05

Rua Delgado de Carvalho, 53 – Tijuca - CEP: 20260-280  
Tel/Fax: (21) 2139-5400 - E-mail: crprj@crprj.org.br  
site: www.crprj.org.br

### Diretoria Executiva:

Maria Christina Magalhães Orrico - *Presidente* - CRP 05/927  
Nélio Zuccaro - *Vice-presidente* - CRP 05/1638  
Carla Silva Barbosa - *Secretária* - CRP 05/29635  
Fabiana Castelo Valadares - *Tesoureiro* - CRP 05/28553

### Membros Efetivos:

Alessandra Daflon dos Santos - CRP 05/26697  
Ana Lucia de Lemos Furtado - CRP 05/465  
Cecília Maria Bouças Coimbra - CRP 05/1780  
José Henrique Lobato Vianna - CRP 05/18767  
José Novaes - CRP 05/980  
Luiz Fernando Monteiro Pinto Bravo - CRP 05/2346  
Maria Beatriz Sá Leitão - CRP 05/3862  
Maria Márcia Badaró Bandeira - CRP 05/2027  
Marília Alvares Lessa - CRP 05/1773  
Pedro Paulo Gastalho de Bicalho - CRP 05/26077  
Rosilene Souza Gomes de Cerqueira - CRP 05/10564

### Membros Suplentes:

Ana Paola Frare - CRP 05/26474  
Cynthia Maria da Costa Losada - CRP 05/16800  
Marcos Carlos Adissi - CRP 05/28455  
Mônica Maria Raphael da Roza - CRP 05/22833  
Paula Rebello Magalhães de Oliveira - CRP 05/23924  
Queiti Batista Moreira Oliveira - CRP 05/29630  
Sílvia Helena Santos do Amaral - CRP 05/10287  
Valéria da Hora Bessa - CRP 05/28117  
Valéria Marques de Oliveira - CRP 05/12410  
Walter Melo Júnior - CRP 05/19407

### Comissão Editorial:

Alessandra Daflon dos Santos  
Cecília Maria Bouças Coimbra  
Maria Beatriz Sá Leitão  
Marília Alvares Lessa  
José Novaes

### Jornalista Responsável

Marcelo Cajueiro - MTB 15963/97/79

### Projeto Gráfico

Octavio Rangel

### Redação

Carolina Selvatici  
Jean Souza (estagiário)

### Produção Editorial

Diagrama Comunicações Ltda.  
(21) 2232-3866 / 3852-6820

### Impressão

Gráfica Editora STAMPPA

### Tiragem

30.000 exemplares

### Periodicidade

Trimestral

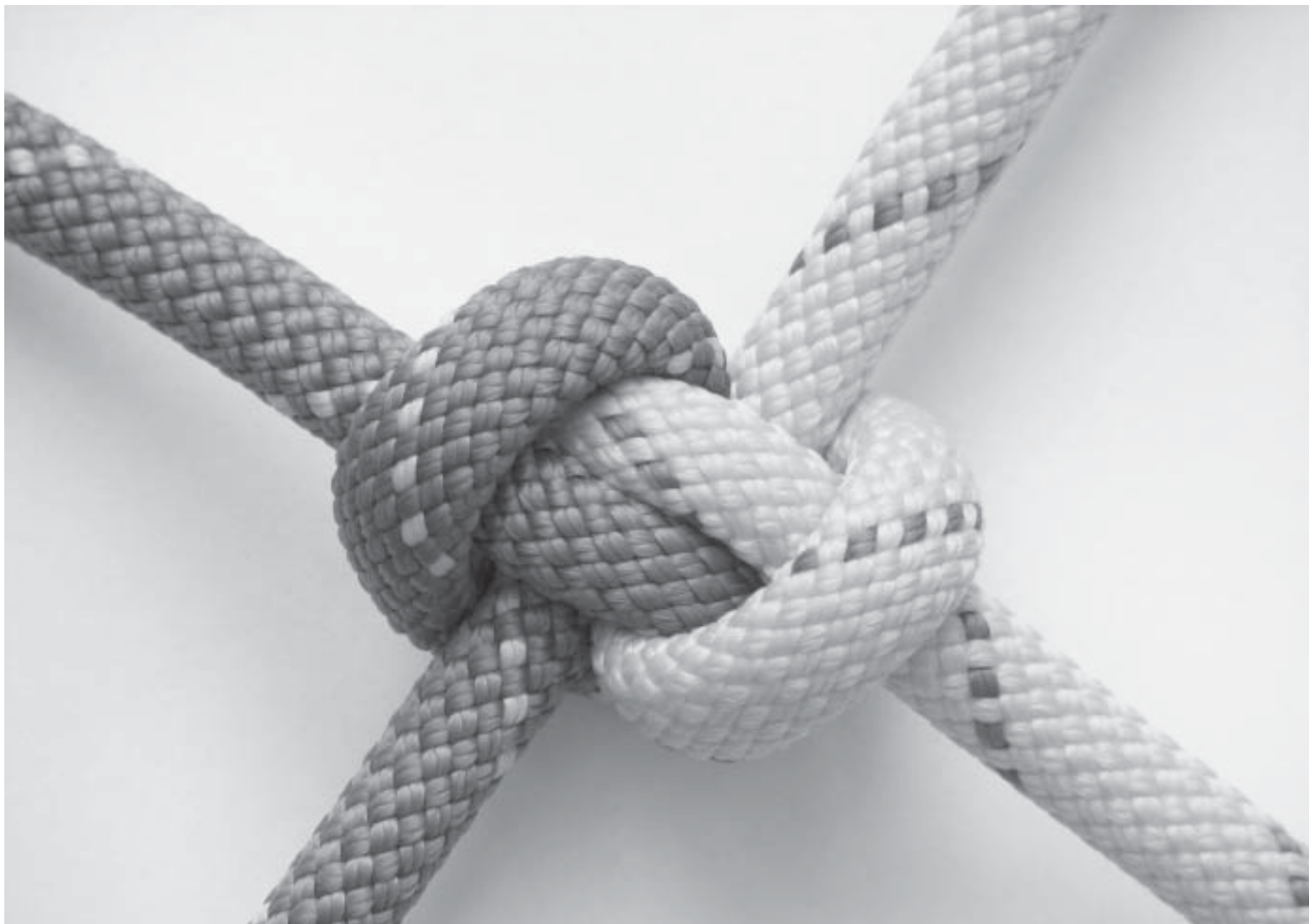
Os conceitos emitidos nos artigos assinados são de responsabilidade dos autores, não refletindo necessariamente a opinião do CRP-RJ.

O Jornal do CRP-RJ é uma publicação do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro.

## Filiado à União Latino Americana de Entidades de Psicologia (ULAPSI)

**Cartas para o Jornal do CRP-RJ devem ser enviadas para a sede do Conselho ou para o e-mail [ascom@crprj.org.br](mailto:ascom@crprj.org.br)**

# A Ética como prática



A Ética é uma das questões mais importantes que atravessa qualquer profissão. Com a psicologia não é diferente: questões que envolvem a ética profissional chegam frequentemente ao Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro na forma de perguntas e denúncias. Tão grande é a importância destas questões que foi inclusive uma denúncia ética que deu início à intervenção feita no CRP-RJ pelo Conselho Federal em 2003, que retirou a antiga plenária e instalou a Comissão Gestora.

O CRP-RJ tem se esforçado para atender às demandas que lhe chegam. Por isso, vem reali-

zando, através de sua Comissão de Orientação e Ética (COE), as Quart'éticas (*veja matéria na página 12*) e a oficina "Ética para além das normas" (*veja box na página 4*), eventos que têm por objetivo discutir as principais questões éticas dentro da prática diária dos psicólogos para além das normas do Código de Ética Profissional do Psicólogo. Além disso, o CRP-RJ, através do grupo de trabalho "Ética na Formação do Psicólogo: questões contemporâneas", desenvolveu uma pesquisa junto às instituições de ensino do estado do Rio de Janeiro para conhecer o modo como a Ética vem sendo apresentada e discutida nos cursos de for-

mação em psicologia (*veja box na página 5*).

Por acreditar que este é um tema de extrema importância e que precisa ser discutido, o CRP-RJ decidiu atender a diversos pedidos e levantar mais uma vez a questão: como pensar a Ética dentro da atuação do psicólogo? Como se constitui uma prática ética?

Primeiro, é preciso pensar em qual noção de Ética se está falando. Segundo o filósofo, psicanalista e professor da Faculdade de Medicina da UFRJ, André Martins, o sentido original

*(continua na próxima página)*

da palavra ética dizia respeito a uma vida em comum. No entanto, quando a cultura romana passou a se apropriar da grega, o termo adquiriu uma conotação diferente, a de *morus*, que originou a palavra moral. “A palavra moral passou a se caracterizar muito pelo caráter de conduta correta”, diz André. “Ela passou a ter um caráter normativo, enquanto a Ética não”. E foi esta concepção romana que chegou com maior força aos dias de hoje e está presente com maior expressão em nossa sociedade, especialmente quando relacionada às profissões, através dos Códigos de Ética. “Quando você pensa em um Código de Ética,

o costume te precede. Os Códigos de Ética são, na realidade, muito morais e pouco abertos à Ética propriamente dita. A Ética tem um caráter mais imanente, de algo em busca do bom convívio”, afirma André.

No entanto, hoje, muitas profissões têm buscado se afastar desta visão moralista da Ética, exatamente pelo fato dos códigos - um conjunto de regras fixas - não contemplarem muitas questões e serem ambíguos em outras. Na Psicologia não é diferente. Cada vez mais os psicólogos têm visto que uma formalização excessiva da Ética é prejudicial à profissão, que passa a

**“A ênfase filosófica que se dá hoje à ética reflete a tentativa de se livrar de um paradigma onde existe uma verdade absoluta ou regras**



**absolutas, verdadeiras ou transcendentais. Quando pensamos no modelo das religiões, o caráter dogmático está muito marcado no sentido que a história deu à palavra moral. Passou a se falar da ética para se contrapor a este sentido transcendente e falar de um sentido mais imanente, com esse caráter de que o convívio comum estaria sendo pensado com respeito a uma singularidade, contrariamente ao que acontecia na moral em que a singularidade era obrigada a se submeter a um critério externo.”**

**André Martins - filósofo, psicanalista e professor da Faculdade de Medicina da UFRJ.**

## COE discute a Ética em oficinas no CRP

Desde 2006, o CRP-RJ, através da Comissão de Orientação e Ética (COE), vem realizando as oficinas “Ética para Além das Normas”. Criadas pelo conselheiro presidente da Comissão de Saúde e colaborador da COE, Nélio Zuccaro, e pela psicóloga e colaboradora do CRP-RJ, Eliana Viana, as oficinas têm como objetivo aumentar a visibilidade do aspecto orientador da COE e provocar reflexões sobre o agir ético-profissional do psicólogo, tendo como cenário as questões contemporâneas e as normas do Código de Ética Profissional dos Psicólogos. O trabalho não se reduz ao único propósito de divulgar as normas vigentes e promover o conhecimento e o debate sobre o Código de Ética. É importante ir além do aspecto normatizador e incentivar o debate sobre a Ética na profissão.

Além de debater as questões da ética, as oficinas trazem também informações obtidas a partir de um levantamento de dados que estudou as denúncias tramitadas no CRP-RJ sobre possíveis infrações éticas envolvendo psicólogos. Os coordenadores das oficinas também



esclarecem os caminhos a serem percorridos por uma denúncia, desde o momento em que ela chega ao CRP até sua conclusão.

As oficinas já foram realizadas diversas vezes, dentro e fora do CRP, sempre com grande procura por parte do público. O objetivo da COE é que elas possam se multiplicar e ser realizadas em diferentes espaços.

Universidades e instituições interessadas em debater a ética profissional e a prática da Psicologia que desejarem realizar essas oficinas devem entrar em contato com a COE pelos telefones (21) 2139-5436 e (21) 2139-5437.

corpo, com a sociedade, com a natureza, tendo por função social e profissional restaurá-las e resgatá-las das ocorrências patológicas. A clínica que não investe no aumento das capacidades de existir e de criar do corpo e da mente, isto é, na sua autonomia efetiva, auto-produtora de si e das modificações que gera para as condições da experiência real, não merece ser chamada de clínica; antes poderia ser denominada agência conformadora, consoladora, redentora, que busca resignar a vida ao tão propalado 'princípio de realidade' que nada mais é do que um 'sine qua non do poder', condição do seu exercício. Uma clínica da vida, ao contrário, não precisa de código de conduta, ela gera jurisprudência pelo seu *modus operandi*. Ela cria diretamente as condições para que as condutas não careçam ou demandem posturas baixas, escusas, indignas da vida ativa", afirma Luiz Fuganti,



***"A Ética traz a dimensão das relações do sujeito consigo próprio, sujeito que se produz na história em meio às tramas***

***dos poderes, às condições e circunstâncias político-institucionais. Os modos de subjetivação se constituem em campos de força tensionados, em que a ética é uma problemática inerente à política. A ética enquanto prática de si se constrói no exercício cotidiano. Ética, então, é um processo de avaliação do presente que viabiliza uma estética da existência, implicando cuidados de si, mas também dos outros."***

**Marisa Lopes da Rocha - psicóloga, professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social/UERJ**

## GT Ética na Formação do Psicólogo

O grupo de trabalho do CRP-RJ "Ética na Formação do Psicólogo: questões contemporâneas" vem realizando, desde maio de 2005, uma pesquisa junto às instituições de graduação em psicologia do estado do Rio de Janeiro para conhecer o modo como a Ética vem sendo apresentada e discutida nos cursos de formação em psicologia. O grupo já fez duas apresentações no CRP-RJ, uma em maio e outra em outubro de 2006, além de realizar uma apresentação no Congresso Psicologia: Ciência e Profissão de 2006 e participar de outros seminários, encontros e congressos representando o CRP-RJ neste debate.

O GT é formado pela psicóloga e pós-doutoranda em Psicologia Social pelo IP/UERJ e coordenadora do GT, Nádya Filomena Ribeiro da Silva, pelo professor adjunto do Departamento de Psicologia da UFF, Marcelo Santana Ferreira e pela psicóloga e aluna do curso de Especiali-



zação em Psicologia e Saúde da UFF, Maria Aparecida dos Santos.

O trabalho, considerado inaugural dentro dos conselhos regionais, tem como base teórica as reflexões empreendidas sobre a constituição do sujeito ético no mundo moderno presentes na obra "A Hermenêutica do Sujeito", de Michel Foucault e pretende apresentar seus resultados finais em breve. Fique atento ao site do CRP-RJ para mais novidades.

filósofo, Fundador da Escola Nômada de Filosofia de São Paulo.

Isto não quer dizer que toda formalização deva ser abandonada. "Acho que toda formalização é positiva. Até melhor do que uma não formalização" afirma André. "Mas que formalização é essa que consegue se manter ética? É aquela que quer ser um continente que tente colocar limites largos para que a Ética possa existir não *por* esses limites, mas *dentro* desses limites. Uma formalização ética não seria uma formalização *da* Ética, mas *que permita* a Ética". É como afirma Neide Ruffeil, psicóloga e professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: "Como mostrar a Ética para alguém? Podemos ensinar alguém a ser ético? Acho que o que se pode fazer é incomodar, acionar nas pessoas mecanismos de uma dimensão mais crítica frente

*(continua na próxima página)*

***"Ética é você saber o que você está fazendo e para quem você está fazendo. Eu fico muito incomodado porque as pessoas têm um consenso de que ética é correção de conduta. É não roubar, não matar, não trapacear... É lógico, isso é uma obrigação do cidadão, mas quando estamos falando de uma postura ética na perspectiva da profissão eu acho que é você se comprometer com o sujeito com quem você trabalha. E quando falo de compromisso, estou equivalendo Ética a política. E acho que a teoria e a prática têm que estar permeadas por esse compromisso político."***

**José Eduardo Menescal Saraiva – psicólogo do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro**



***“Existe uma definição de Foucault muito boa para a Ética: “É uma prática de liberdade que***

***abre possibilidades para novos posicionamentos do sujeito, para a busca de novos estilos de vida e novas formas de relacionamento”. Ou seja, para mim, a Ética é uma prática de liberdade. É dar voz aos outros com os quais estou lidando. O agir ético vai para além de você ser bom ou honesto. Ele exige que você faça uma análise do lugar que você ocupa.”***

**Lygia Santa Maria Ayres,  
psicóloga e pesquisadora da UFF**

à vida e a prática profissional. E deixar exatamente a escolha por conta de cada um”.

Mas o que fazer para se chegar a esta Ética, menos moralizada? “Os psicólogos precisam ter claro que não há uma prática científica que não seja política, uma prática neutra, técnica, que não gere efeitos nas vidas das pessoas, das instituições. Muitos profissionais ou alunos em formação aprendem que o saber das técnicas e das metodologias está isento de implicações, das misturas e das tensões políticas de uma prática. É na análise dos efeitos das práticas, das trajetórias de vida que vão sendo construídas com a interferência dos atos ‘psis’ que podemos perceber a potência do outro e do trabalho em curso”, afirma Marisa.

Na verdade, pode-se dizer que para pensar uma Ética da liberdade, da invenção, seria necessário repensar, então, a concepção mais conhecida da Psicologia pelo público em geral – a de que os psicólogos são responsáveis por chegar a uma “verdade” sobre o paciente. “Hegemonicamente, sabemos que a Psicologia vem tratando do sujeito como um ser inte-

rriorizado, intimizado. O psicólogo vê o sujeito como tendo uma essência. E ele vai buscar essa essência. Ele busca verdades, foca a sua prática na descoberta de alguma coisa. E se pensarmos isso eticamente, como uma prática de liberdade, essa postura é completamente fechada, reducionista”, afirma Lygia Santa Maria Ayres, psicóloga e pesquisadora da UFF. José Eduardo Menescal Saraiva, psicólogo do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, concorda com Lygia: “Até porque isto é uma verdadeira armadilha. Não sei como alguém pode se arvorar a prever qualquer coisa a respeito de outra pessoa sem se dar uma corda para se enforçar. Em se tratando de pessoas, você não pode querer que categorias conceituais roubem o espaço da determinação do indivíduo, do sujeito. Que é um espaço muito maior em termos de possibilidade humana do que qualquer categoria pré-fixada”.

A prática ética, nesse sentido, permitiria ao próprio psicólogo uma maior liberdade. “Um profissional rigoroso, coerente, capaz de exercer sua liberdade, não concede a uma demanda de dever instituída por qualquer poder, seja em nome de que saber for que o pretenda legitimar. A moral nada pode diante da potência ética. Ela sofre a vergonha de ter que confessar suas baixas razões ao



***“Eu assisto a Psicologia cada vez mais próxima de uma vontade de controlar. Há um movimento de controle no mundo e a***

***Psicologia é acionada neste movimento. Mas, como coloquei, é uma tentativa de controle. Acho que a vida sempre ganha.”***

**Neide Ruffeil, psicóloga, colaboradora da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ e professora da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.**

***“Praticar uma profissão é intervir socialmente. É agir micro-politicamente. Não há ação individual,***



***subjetiva, que não tenha implicações direta ou indiretamente sociais e coletivas. Não há diferença de natureza entre o individual e o coletivo. Um é modulação do outro, um está no outro. Nesse sentido, sempre que uma práxis profissional é instituída, é preciso antes perguntar-se a quem, para quem serve? Nesse caminho, poderíamos nos perguntar sobre o sentido e o valor da prática clínica? Uma clínica que não é a da vida, uma clínica sem uma crítica da vida reativa, conservativa, a rigor não deveria receber o nome de prática clínica.”***

**Luiz Fuganti, filósofo, Fundador da Escola Nômade de Filosofia de São Paulo.**

deparar-se com capacidades afirmativas da vida que são simultaneamente seletivas e inclusivas da diferença inteira e imediata. Quando entendemos que a moral é uma ferramenta de desqualificação do vivo em nome de uma ordem tida como superior, percebemos também que tal ordem de saber está a serviço de um diagrama de poder que não pode prescindir da vida que ele parasita. Claro que muitas vezes não é tão simples, pois quando estamos em processo de liberação precisamos exercer a arte das máscaras ou do imperceptível para economizar energia e aplicá-la oportunamente com eficácia e transmutação de si. Pode-se muito bem fazer bem mais do que a moral nos pede, de modo que possamos chegar a nos divertir com as posturas morais quando estamos além delas”, afirma Fuganti.

## Entrevista com Heliana Conde

*Heliana de Barros Conde Rodrigues é psicóloga, doutora em Psicologia pela USP e professora do Instituto de Psicologia da Uerj. Em entrevista ao jornal do CRP-RJ, Heliana falou sobre sua concepção de ética e sobre a liberdade dos psicólogos pelo exercício de uma prática mais ética e menos moralista.*

### O que é ética para você?

Sou muito apegada ao pensamento de Michel Foucault e gosto de, como ele, pensar a ética como possuindo uma referência aos códigos e prescrições, sem, no entanto, reduzir-se a estes. Neste sentido, ética é um tipo de relação que estabelecemos conosco mesmos e com os outros, e que nos configura, a partir de uma série de práticas (sempre históricas), como sujeitos morais.

Já a Ética como saber ou disciplina filosófica é uma prática refletida da liberdade, ou seja, dessa margem (mesmo mínima) de liberdade que possuímos, a cada situação, em nossas relações com os exercícios de poder que permeiam a vida social.

### Como pensar uma ética profissional dentro da Psicologia, diferenciada de um aspecto estritamente moral, que apenas dite regras de conduta?

Suponho que tal “formalização” seria inevitavelmente processual, provisória, implicando, além do mais, a presença de todos os interessados na problemática em pauta, e não apenas dos “psis”. Sou incapaz de definir estritamente os dispositivos que poderiam ser empregados para tanto, mas imagino que deveriam escapar ao fechamento em órgãos de classe, de categoria, dirigindo-se aos conselhos de saúde, às entidades de defesa de direitos das minorias etc, estabelecendo parcerias sempre mais ampliadas. Não vejo “solução definitiva” para o problema. Aliás, soluções definitivas são sempre “soluções finais”, ao estilo fascista.

### Muitas vezes, os próprios pacientes exigem do psicólogo esse comportamento mais mediado pela moral do que pela ética. Como o profissional pode trabalhar dentro desta perspectiva, respeitando seus próprios direitos e aqueles do paciente?

Não sei se isso efetivamente ocorre “muitas vezes”. Já cansei de ouvir, por exemplo, que os pacientes exigem “edipianização” por parte dos psicólogos, mas jamais vivi essa situação em minha própria prática. Sem querer elevar minha experiência ao estatuto de verdade absoluta, julgo que, se tal exigência porventura ocorrer, o psicólogo pode analisar, junto ao paciente, suas próprias implicações (históricas, profissionais, afetivas) com a emergência desse pedido de “moralização”. Se o paciente “exige” isso do psicólogo não é por ignorância, má-fé ou neurose, das quais o psicólogo estaria totalmente desimplicado. Mesmo de forma difusa, o paciente “sabe” dos exercícios de nossa prática na constituição de uma certa moral (de normalização e controle) e pode dirigir-se a nós com base nesse lu-

***Gostaria muito de ver os psicólogos, por exemplo, sentindo seus “Direitos Humanos” feridos quando lhes designam com certa exclusividade as decisões sobre o destino de jovens, crianças, famílias, pessoas em conflito com a lei, alunos questionadores etc. Seria uma espécie de “revolução profissional” pela via da ética, da ética como uma nova política.***



gar (nada “imaginário”, por sinal...). Creio que a ampliação dos dispositivos de debate ético para além do corporativo poderia facilitar uma análise coletiva desse problema. Sem garantias, é claro... pois não há garantias.

### Um “engessamento” da ética profissional fere os Direitos Humanos dos envolvidos na prática da psicologia? Em que medida?

Mais uma vez recorrendo a Foucault, julgo que nossos códigos prescritivos são cada vez mais colonizados pela norma, cada vez mais associados a dispositivos de controle. Sendo assim, a expressão “Defesa dos Direitos Humanos” pode ser um belo texto (ou pretexto) para questionar os monopólios – profissionais, estatais, científicos etc. – de gestão da vida e dos modos de subjetivação. Gostaria muito de ver os psicólogos, por exemplo, sentindo seus “Direitos Humanos” feridos quando lhes designam com certa exclusividade as decisões sobre o destino de jovens, crianças, famílias, pessoas em conflito com a lei, alunos questionadores etc. Seria uma espécie de “revolução profissional” pela via da ética, da ética como uma nova política.

# Entre o Princípio e a Norma:

## por uma ética militante, na defesa intransigente dos Direitos Humanos para todos

### ***I - A Comissão de Orientação e Ética do CRP-RJ se organiza***

A ênfase dada à questão da Ética no XI Plenário do CRP-RJ decorre do compromisso firmado com a categoria desde o início da gestão. À promoção de debates em torno da afirmação do Código de Ética Profissional do Psicólogo seguiu-se uma análise crítica dos encaminhamentos pertinentes, para criar espaços de ação e reflexão sobre a Ética em seu sentido mais amplo.

A configuração de trabalhos que se vem estabelecendo faz parte de uma estratégia que propõe enfatizar a ORIENTAÇÃO e valorizar novas intervenções da Comissão de Ética (COE) para além do exame das representações e processos. Mesmo na referência a esta atividade mais conhecida da COE, a análise processual, estabelecemos condições para aprimorar o trabalho da equipe.

Quando o XI Plenário assumiu a gestão do CRP-RJ, em setembro de 2004, a primeira fase de trabalho da COE foi marcada pela urgência em analisar os processos que se acumulavam aguardando andamento, devido aos problemas ocorridos anteriormente no CRP-RJ que culminaram com a destituição do X Plenário e a formação de uma Comissão Gestora para o CRP-RJ pelo CFP. O objetivo foi evitar a prescrição dos processos com prejuízo para o conceito da profissão junto à sociedade.

Visando a melhoria da qualidade do trabalho desenvolvido pelas Comissões de Instrução de Processos Éticos foram realizadas reuniões de capacitação, dirigidas aos conselheiros e colaboradores que atuam nas referidas Comissões. Posteriormente, estas reuniões foram ampliadas para os demais conselheiros, colaboradores e psicólogos do CRP-05, resultando roteiros de orientações técnicas disponível aos interessados.

Foi aprovado projeto para um trabalho permanente junto à Comissão de Ética, visando melhorar o relacionamento entre a COE e a sociedade, especialmente os usuários dos serviços de Psicologia. O projeto foi iniciado pelo levantamento de dados de todos os processos éticos localizados e

arquivados na COE com a montagem de planilhas e gráficos, criando um banco de dados.

Foram criadas oficinas de trabalho chamadas “Ética para além das normas” (veja box na página 4) e implementadas as Quart’éticas (Quartas Éticas), programação bimensal, com apresentação de temas relevantes e atuais relacionadas à discussão da Ética (veja matéria na página 12).

A instrução de processos éticos é realizada através da análise de representações/processos realizadas pelas Comissões de Instrução, cada uma das quais conta com um conselheiro e dois psicólogos colaboradores. No trabalho que se desenvolve, contamos com a participação de uma assistente técnica, bem como da assessoria jurídica, se demandada. As referências de trabalho são o Código de Ética, o Código de Processamento Disciplinar e resoluções do Sistema Conselhos.

Um levantamento quantitativo das atividades da COE apresenta:

- o número de entrada de representações/por ano: em 2004, 20; em 2005, 32; em 2006, 18; e em 2007, 15 (até a presente data).
- Representações aguardando instrução: 29 (até a presente data).
- Representações/processos arquivados nesta gestão (de setembro de 2004 até a presente data de 2007): 94.
- Processos em recurso no CFP: 4 processos.

No que tange a informatização de dados processuais, o projeto consiste no cadastro dos dados e etapas processuais no Sistema de Informações CRP. Atualmente, os processos encontram-se em fase de cadastro de tramitação, ou seja, inserção de cada processo na fase de instrução em que se encontra.

A COE promove ainda orientação às partes envolvidas em representações / processos éticos, ordinários e funcionais, realizadas em caráter sigiloso a cargo da assistente técnica visando esclarecer sobre os procedimentos formais de cada etapa processual. No momento, planejamos integrar as orientações solicitadas acerca da Ética, demandadas à COE/COF/COTEC através da supervisão da Assistente Técnica da COE.

A COE também tem sido convocada para outras atividades, como palestras em Universidades e outras instituições, assim como reuniões com grupos de psicólogos.

### ***II - Uma Ética militante se ergue com práticas de Defesa dos Direitos Humanos***

Fizemos, acima, uma compilação das atividades da COE, desde o início da gestão do XI Plenário do CRP-RJ. Cremos ser importante fazê-lo pois, com esta explanação, podemos entrar em uma discussão de princípios.

Que princípios seguimos no trabalho da COE? Estes trabalhos têm certas normas, circunstanciadas na legislação e resoluções do Sistema Conselhos, que rege o trâmite de uma denúncia e, mais tarde, do processo, quando a denúncia nele se transformar. O Código mais importantes nestes casos, é claro, é o Código de Ética Profissional.

Agora, então, uma referência a teses do filósofo Spinoza pode nos permitir iniciar uma discussão. Spinoza distingue Ética e Moral: esta é o reino do assujeitamento, da obediência, da submissão a leis e mandamentos exteriores, do dever diante de um conjunto de normas e mandamentos, sustentados na visão dicotômica e absoluta do Bem e do Mal. A Ética, ao contrário, seria o espaço da liberdade, da livre escolha e decisão pessoal, sem a obrigação de se sujeitar a leis ou normas impostas de fora.

O simples enunciado desta tese levanta indagações e questionamentos muito graves sobre como conduzir as atividades de uma Comissão de Orientação e Ética. Uma orientação que nos auxiliaria a conduzir um tratamento correto da questão está inserida na matéria que publicamos em nosso jornal de dezembro de 2006, sob o título: “Ética e Psicologia – o Código de Ética Profissional dos Psicólogos precisa ser interpretado como uma ‘obra aberta’, sempre em construção”. Como todo código de leis, necessita ser interpretado. Aliás, se não houvesse a necessidade de interpretá-los, se tivessem aplicação automática, não seria necessário o aparato jurídico do país: Ministério e Secretarias Estaduais e Municipais de Justiça, tribunais, juízes, pro-



motores, advogados, etc. Este aparato existe porque é sempre necessário interpretar as leis.

É esta interpretação que o CRP-RJ procura realizar quando diante de uma denúncia ou processo ético. É este o trabalho de construção de um sentido ético nas atividades da COE – uma ética “para além das normas”, como chamamos nossas oficinas – que cotidianamente, insistentemente, tenta buscar com nossas atividades.

Já no momento inicial de tramitação da denúncia, os operadores da Comissão de Instrução da COE têm que realizar um trabalho interpretativo, nada mecânico ou padronizado: encontrar onde poderiam se enquadrar, no Código, os fatos narrados na denúncia. Trata-se de um trabalho delicado e sutil de interpretação.

Na “Apresentação” do Novo Código de Ética Profissional do Psicólogo, estas idéias expressam-se claramente: “... um Código de Ética não pode ser visto como um conjunto fixo de normas e imutável no tempo”. Mais ainda: “Este Código de Ética pautou-se pelo princípio geral de aproximar-se mais de um instrumento de reflexão do que um conjunto de normas a serem seguidas pelo Psicólogo”. Isto se evidencia quando nos debruçamos sobre o Código: em cada capítulo, praticamente cada artigo, é necessário realizar este trabalho de interpretação. Um dos temas que se pode considerar mais característico é o do sigilo, justamente aquele que deu mais trabalho, exigindo uma discussão aprofundada. O Art. 9º do Código estabelece: “É dever do psicólogo respeitar o sigilo profissional a fim de proteger, por meio da confidencialidade, a intimidade das pessoas, grupos ou organizações a que tenha acesso no exercício profissional”. Trata-se, considerado isoladamente o artigo, de uma afirmação taxativa, que não deixaria lugar a dúvidas, de defesa do sigilo: é dever do psicólogo proteger aquele a quem presta os seus serviços contra a invasão de sua intimidade. Esta invasão poderia causar efeitos extremamente danosos, destruidores mesmo, na subjetividade do cliente, e na relação de confiança estabelecida com o profissional, condição essencial para o bom andamento dos serviços prestados.

Logo a seguir, no entanto, o Art. 10º estabelece o nuançamento desta imposição. Ali se lê: “Nas situações em que se configure conflito entre as exigências decorrentes do disposto no Art. 9º e as afir-

mações dos princípios fundamentais deste Código, excetuando-se os casos previstos em lei, o psicólogo poderá decidir pela quebra de sigilo, baseando sua decisão na busca do menor prejuízo”. Seu “parágrafo único” reafirma o princípio do sigilo, estabelecendo limites para esta quebra: “Em caso de quebra do sigilo prevista no caput deste artigo, o psicólogo deverá restringir-se a prestar as informações estritamente necessárias”.

O Art. 10º apresenta a possibilidade de quebra do sigilo, e as condições para tal exigem do psicólogo um fino exercício de interpretação de uma situação concreta à luz dos dispositivos do Código. Eis aqui, portanto, a abertura para a Ética: a possibilidade de escolha, a liberdade de opção se insinua, e se coloca claramente. E o faz para além da letra fria da lei, por cima dos códigos estratificados, fora das dicotomias metafísicas e maniqueístas do dever de seguir o Bem e o Mal, pré-estabelecidos definitivamente. A decisão é entre o que é bom e o que é mau, em situações concretas, pesando os fatos e sua inserção num contexto mais global do que a relação isolada do profissional psicólogo com seu cliente. A escolha livre, a decisão ética não cabem apenas ao psicólogo; na medida em que esta seja contestada e uma denúncia se apresente, por meio de uma representação contra o profissional em uma Comissão de Orientação e Ética de um Regional, a análise desta representação irá exigir da COE este exercício, o da Ética, com seus corolários de autonomia e liberdade. Seus psicólogos deverão, portanto, realizar um delicado trabalho de interpretação do Código de Ética. Neste trabalho, os Princípios Fundamentais do Código se apresentam como orientadores. Entre eles, o primeiro é fundamental: “O psicólogo baseará seu trabalho no respeito e na promoção da liberdade, da dignidade, da igualdade e da integridade do ser humano apoiado nos valores que embasam a Declaração Universal dos Direitos Humanos”.

Ética e Direitos Humanos, eis aqui o binômio central nesta construção, tijolo a tijolo, do edifício que se pretende erguer com as atividades da COE. Uma obra “aberta”, sempre inacabada...

Ana Lucia Furtado  
Conselheira-presidente da COE

José Novaes  
Conselheiro do CRP-RJ

## CRP-RJ participa do V CONPsi

O Congresso Norte Nordeste de Psicologia é um dos principais eventos da Psicologia do país, reunindo profissionais e estudantes de todo o Brasil. Neste ano, a quinta edição do Congresso, realizada nos dias 23 e 26 de maio, reuniu mais de quatro mil pessoas em Maceió, Alagoas, para discutir diversas questões da Psicologia.

Conselheiros e colaboradores do CRP-RJ compareceram ao evento, participando de diversas atividades. Uma das atividades mais concorridas do evento foi a mesa “Ética, Política e Participação Social”, composta pelos conselheiros do CRP-RJ, Cecília Coimbra, José Novaes e Ana Lucia Furtado. Os conselheiros falaram da importância da relação entre Direitos Humanos e Psicologia, além de debater questões da Ética na prática do Psicólogo. Cecília também discutiu diversas questões dos Direitos Humanos em outra mesa, junto com Manoel Mendonça Filho, da Comissão de Direitos Humanos da Universidade Federal de Sergipe.

Outra atividade composta por conselheiros do CRP-RJ foi a mesa “O projeto ético contemporâneo e suas implicações na formação e no exercício da profissão do psicólogo: um grupo de trabalho do CRP-05”, que teve a participação dos conselheiros Ana Lucia Furtado e Nélio Zuccaro e dos colaboradores Marcelo Santana, Nadia Filomena Silva e Maria Aparecida Santos. Eles debateram os dados obtidos pelo Grupo de Trabalho “Ética na Formação do Psicólogo: Questões Contemporâneas” e as atividades que a Comissão de Orientação e Ética do CRP-RJ vem promovendo para debater questões éticas essenciais para a prática da Psicologia. Estas mesas foram muito elogiadas pelos participantes do V CONPsi, inclusive por representantes de outros CRs, que se interessaram em saber mais sobre as atividades do CRP-RJ.

Participaram ainda do evento os conselheiros José Henrique Lobato Vianna, Márcia Badaró, Pedro Paulo Bicalho, além da colaboradora da CATE Eliana Vianna. Eles realizaram diversas palestras e discutiram questões importantes para esta gestão do Regional como a concessão do Título de Especialista, discutida por Márcia e Eliana; o uso da tesouraria como dispositivo de análise da prática política, debatido por Pedro Paulo, e questões sobre Direitos Humanos no trabalho da Comissão de Orientação e Fiscalização, apresentado por José Henrique.

# O trabalho das assistentes

O CRP-RJ conta com 41 funcionários, que trabalham nos departamentos administrativos, Comissões previstas na legislação do CFP (COE, COF, CATE) e na Coordenadoria Técnica (COTEC), somando 21 setores. Esta edição do *Jornal do CRP-RJ* mostra como é o trabalho das psicólogas concursadas que atuam no Conselho. Ao todo, são sete profissionais, atuando em três setores: a Comissão de Orientação e Fiscalização (COF), a Comissão de Orientação e Ética (COE) e a Coordenadoria Técnica (COTEC). Elas trabalham como assistentes técnicas, desenvolvendo atividades que vão de visitas rotineiras a instituições de psicologia ao acompanhamento de processos éticos.

Na Comissão de Orientação e Fiscalização trabalha a maioria das assistentes técnicas do Conselho: são cinco psicólogas, que realizam os trabalhos que competem à Comissão. Elas atuam no CRP-RJ desde 2004, após terem sido aprovadas em concurso realizado para o Conselho, no ano anterior. A COF trabalha com base no Código de Ética do Profissional Psicólogo e outros instrumentos legais, como o Manual Unificado de Orientação e Fiscalização (Muorf), do Conselho Federal. O trabalho desempenhado pelas psicólogas é interno e externo. Além



**A assistente técnica da COE, Zarlete Faria: atenção aos detalhes**

da orientação aos psicólogos e sociedade em geral a respeito da legislação pertinente ao exercício da profissão, as psicólogas da COF fazem visitas de fiscalização a empresas que oferecem serviços de psicologia a terceiros, averiguam denúncias ou notícias sobre o descumprimento de normas éticas relativas à profissão, analisam publicidades referentes à prática psi, entre outras atribuições.

“Profundo conhecimento da legislação, proatividade, planejamento e organização são alguns pré-requisitos necessários para se trabalhar na COF”, afirma Eliane Waismann (CRP 05/06893), psicóloga do setor. Anne Meller (CRP 05/27198), supervisora da COF, afirma que as assistentes técnicas necessitam estar sempre atualizadas com relação à legislação: “Neste sentido, estamos sempre pesquisando e realizando grupos de estudo para a interpretação das leis. Pretendemos, ainda, realizar periodicamente grupos de estudo com relação aos casos que orientamos no Conselho”, diz.

Anne afirma que o trabalho no CRP-RJ é desafiador: “O ponto com o que mais me identifico nesta função é exatamente o desafio de sermos uma referência legal para o exercício profissional e, portanto, de possuímos a função social de contribuir para um exercício profissional com a qualidade ética e técnica devida”.

Ainda fazem parte da equipe da COF as psicólogas Cristiane Lima (CRP 05/30088), Lysianne Frota (CRP 05/12008) e Elaine Azevedo (CRP 05/27694), junto ao conselheiro-presidente José Henrique Lobato Vianna (CRP 05/18767) e a agente administrativa Sylvia Vieira.

Outro setor em que trabalha uma psicóloga concursada é a COE. A Comissão é responsável pelo assessoramento ao Plenário, a fim de aplicar à prática profissional o Código de Ética Profissional dos Psicólogos e o Código de Processamento Disciplinar (CPD). O setor também re-



**As psicólogas da COF: Lysianne Frota e Eliane Waismann**

aliza estudos e desenvolve programas relativos à ética. Zarlete Faria (CRP 05/15377) trabalha há mais de onze anos no Conselho. Ela explica como funciona parte do trabalho na Comissão:

“Existem dois trabalhos distintos: um é o trabalho que as Comissões de Instrução fazem (análise das denúncias, encaminhamento de processos) — procedimentos relacionados ao andamento de um processo ético. O outro é o trabalho que nós, funcionárias, fazemos. O meu trabalho consiste na orientação, seja do denunciante, seja do denunciado, sobre qualquer questão, desde como se encaminha uma denúncia, até a finalização de um processo. Eu oriento cada etapa do processo, explico o que significa cada etapa processual. Eu não dou orientações quanto ao con-

# técnicas dentro do CRP-RJ



ota, Anne Meller, Elaine Azevedo, e Cristiane Lima

Comissões de Instrução, e a conselheira-presidente da Comissão, Ana Lucia Furtado (CRP 05/465), que coordena os trabalhos desenvolvidos no setor. O trabalho entre as Comissões é integrado: “O CRP-RJ recebe denúncias, que devem conter identificação de quem as apresenta. Nos casos de queixa - que são aqueles em que o denunciante não quer se identificar, ou não tem detalhes sobre o denunciado -, a COE transmite as informações para a COF, que as averigua, faz uma visita ao local e, sendo as informações procedentes, a própria COF entra como denunciante”, explica a assistente técnica da COE.

A Coordenadoria Técnica (COTEC) do CRP-RJ é responsável pela assessoria aos conselheiros e acompanhamento de concursos e eventos do Conselho. Entre uma série de outras atribuições, cabe ainda à COTEC atender e orientar estudantes de psicologia, entidades públicas e privadas nas questões referentes à psicologia e ao exercício da profissão, no âmbito de competência do CRP-RJ. Cláudia Alvernaz (CRP - 05/17507) é a assistente técnica que trabalha no setor. No CRP-RJ desde 2004, ela trabalha na COTEC há menos de um ano. Cláudia afirma que, para trabalhar no setor, precisa ter conhecimento de toda a legislação que envolve a categoria e estar atualizada sobre todas as resoluções do Conselho Federal: “Preciso atender às demandas internas, ou seja, assessorar o Plenário do Conselho quanto ao conteúdo de resoluções”.

A assistente técnica do setor trabalha ao lado do auxiliar administrativo Fernando Fernandes, e explica que uma das funções da COTEC é acompanhar a realização de concursos para psicólogos: “Nós avaliamos os editais, verificamos a presença do Código de Ética da profissão na bibliografia, solicitamos a lista de aprovados. Além disso, atendemos às dúvidas do público externo que, geralmente, se referem à legislação, concursos,



Cláudia Alvernaz, assistente técnica da COTEC

plano salarial”, afirma a psicóloga. Cláudia é, também, responsável pela emissão de pareceres técnicos sobre dúvidas que chegam ao CRP-RJ.

## Atendimento:

- **COF**  
**(Comissão de Orientação e Fiscalização)**  
Segunda a sexta: das 9:30 às 17:30h  
Tel: (21) 2139-5434  
e-mail: cof@crprj.org.br
- **COE**  
**(Comissão de Orientação e Ética)**  
Segunda a sexta: das 9:30 às 17:30h  
A responsável técnica não atende às terças  
Tel: (21) 2139-5436  
e-mail: etica@crprj.org.br
- **COTEC**  
**(Coordenadoria Técnica)**  
Segunda a sexta, das 9h às 18h.  
A responsável técnica se encontra diariamente de 9h às 15h  
Tel: (21) 2139-5438 telefax: 2139-5439  
e-mail: cotec@crprj.org.br

# COE reúne psicólogos e estudantes para discutir questões da ética

A Comissão de Orientação e Ética realizou, nos dias 21 de março e 16 de maio, duas novas Quart'éticas, evento que tem por objetivo ampliar a discussão de diversas questões da Ética com os profissionais e estudantes de Psicologia. Com os temas "Avaliação Psicológica no Âmbito Jurídico e o Agir Ético" e "Desafios da Ética: Práticas psicológicas em regime de privação de liberdade", os dois eventos, que lotaram o auditório do CRP-RJ, discutiram as práticas e desafios dos psicólogos que atuam no setor jurídico e nas instituições privadoras de liberdade.



Participaram do primeiro evento Eliana Olinda Alves, psicóloga do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro; Márcia Ferreira Amendola, doutoranda em Psicologia Social pela UERJ; José César Coimbra, especialista em Psicologia Jurídica, e Leila Maria Torraca Brito, professora adjunta do Instituto de Psicologia da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (foto acima). Durante o evento, foram assinalados os usos e interpretações que a imprensa faz dos laudos psicológicos em casos de repercussão pública, nos quais a Psicologia pode

acabar servindo para justificar punições. Os participantes também ressaltaram que, embora costumeiramente utilizados para determinar sentenças, os laudos não são determinantes em prescrições de penas, pois tanto no Código de Processo Penal como no Código Civil há artigos determinando que os magistrados não necessariamente devem julgar com base nos laudos.

Além disso, os palestrantes criticaram o modo como a avaliação psicológica vem sendo realizada no âmbito jurídico, alertando para que os profissionais conhecessem melhor as especificidades de seus contextos de trabalho. Apontando o conflito entre os saberes atuantes no âmbito jurídico, foram colocadas as seguintes questões: "será que se deve fazer avaliação psicológica em todos os casos?", "pode-se convidar a Promotoria para discutir situações-problema?", "pode-se dizer se um laudo é parcial ou conclusivo?", "pode-se fazer avaliação de uma criança ouvindo exclusivamente um dos pais?".

Já do segundo evento, participaram Elizabeth Pereira Paiva, psicóloga do Departamento Geral de Ações Sócio-Educativas (DEGASE); Esther Arantes, psicóloga e Coordenadora Nacional da Comissão de Direitos Humanos do Conselho Federal de Psicologia, e Heloneida Ferreira Neri, psicóloga da Secretaria de Administração Penitenciária (SEAP). A mesa foi coordenada por Marco Aurélio de Rezende, psicólogo colaborador da COE (foto à direita).

As três psicólogas falaram das questões que envolvem o trabalho dos profissionais psicólogos dentro de diversos espaços de privação de li-

berdade, salientando a necessidade de não se praticar uma psicologia classificatória dentro destas instituições, apenas de emissão de laudos, e sim uma psicologia que permita a valorização do sujeito. Elas também chamaram atenção para a necessidade de se garantir os direitos dos encarcerados: "Como psicólogos, não podemos permitir uma descaracterização total da humanidade das pessoas", afirmou Esther.

As condições de trabalho precárias dentro destas instituições também foi lembrada. "Esta é uma situação já conhecida. Mas o profissional não pode se deixar 'amortecer' pelo trabalho.



Temos que procurar nossos pares, discutir juntos e sempre tentar pensar uma prática transversal, que produza menos laudos e fortaleça a garantia de direitos e a cidadania", disse Elizabeth.

As Quart'éticas são realizadas bimensalmente pela COE. Os trabalhos apresentados nos oito eventos já realizados estão sendo organizados e serão publicados em breve. Dúvidas, perguntas ou sugestões sobre o evento podem ser encaminhadas à Comissão através do e-mail [ética@crprj.org.br](mailto:ética@crprj.org.br).

## CENSURA PÚBLICA

O Conselho Regional de Psicologia – 5ª Região, na forma do que dispõe o parágrafo 2º do Artigo 69 do Código de Processamento Disciplinar – Resolução CFP nº. 006/2007, vem censurar publicamente a Psicóloga LÍLIAN BRITTO DE

CARVALHO, inscrição nº. CRP 05/18315, pelo descumprimento do artigo 2º, alínea "m" e artigo 24 do Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº. 002/1987), com equivalência no artigo 2º, alíneas "g", "h" e artigo 6º, alínea "b" do atual Código de Ética Profissional do Psicólogo (Resolução CFP nº. 010/2005), sendo a presente as

infrações apuradas no Processo Ético nº. 4192/02, tendo como Representante o Sr. Américo Salvador Elvira.

Rio de Janeiro, 15 de maio de 2007.

Maria Christina M. Orrico  
Psicóloga – CRP 05/927 - Presidente do  
Conselho Regional de Psicologia/5ª Região

# Saúde Mental do Rio comemora Dia da Luta Antimanicomial

No dia 16 de maio, o CRP-RJ, em parceria com a Fundação Municipal de Saúde de Niterói, realizou o evento *A Reforma em Cena - Comemoração do Dia da Luta Antimanicomial 2007*. O evento, que contou com o apoio da Universidade Federal Fluminense (UFF), do Espaço Terapêutico Antonin Artaud e do Ponto de Cultura Alice, Prepara o Gato!, reuniu psicólogos, estudantes e usuários dos serviços de saúde mental do Rio e de Niterói.

Propondo a integração entre pacientes, profissionais da saúde e familiares, o Reforma em Cena levou ao Teatro da UFF, em Niterói, grupos de música, teatro e vídeos com a participação de usuários de serviços de saúde mental. O Pirei na Cenna, do Centro de Teatro do Oprimido, se apresentou com a proposta de levar ao público situações de opressão enfrentadas no dia a dia por pacientes que sofrem de transtornos mentais. O grupo encenou situações representando os dilemas enfrentados por familiares, como o uso inadequado e a dependência de medicamentos no tratamento de transtornos psíquicos. Os presentes foram chamados ao palco, a fim de se colocarem no lugar dos pacientes, propondo soluções e discutindo saídas para problemas comuns entre usuários, familiares e psicólogos.

O Grupo de Teatro Os Nômades (*foto*) apresentou a peça *Ponto Cego*, trazendo reflexões existenciais sobre o homem contemporâneo. Também participaram do evento Maritelmá Vieira, coordenadora de Saúde Mental da Fundação Municipal de Niterói, Walter Melo (CRP 05/19407), Conselheiro do CRP-RJ, Eliana Guimarães Santos, Presidente da Associação de Usuários, Familiares e Amigos da Saúde Mental de Niterói (AUFA) e o Secretário de Direitos Humanos de Niterói, Leonardo Brandão.

Maritelmá disse que o fato de o evento ser realizado em uma universidade pública significava uma conquista de cidadania pelos usuários dos serviços de saúde mental: “Este evento mar-

ca que a responsabilidade da atenção psiquiátrica deve ser compartilhada com outros segmentos da sociedade e não só com os dispositivos das equipes de atenção à saúde”, afirmou. O Secretário de Direitos Humanos de Niterói também afirmou a importância do evento, destacando a importância dos governos na questão da saúde mental: “A questão da saúde mental é uma questão de Estado. É importante que o Estado esteja junto, apoiando estas iniciativas como o evento de hoje”, disse.

Durante a tarde foram exibidos os vídeos “Pare, Olhe, Escute” e “Os Três Mosquiteiros”, do Ponto de Cultura Alice, Prepara o Gato!, o vídeo “Os Nômades”, do Espaço Terapêutico Antonin Artaud e o vídeo “O Risco”, de Bernardo Gebara e Renato Andrade. O evento ainda contou com a



participação do grupo de música Harmonia Enlouquece, que se apresentou no início da noite. A psicóloga Lorena Figueiredo (CRP 05/25396), do Ponto de Cultura Alice, Prepara o Gato!, de Niterói, destacou que os trabalhos do Ponto de Cultura são abertos à comunidade e não apenas aos pacientes: “Temos uma turma bastante heterogênea”, afirmou.

Lorena participou de uma mesa redonda, ao lado de Ana Carla Silva (CRP 05/18427), colaboradora da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ e Suely Azevedo, Diretora Técnica Assistencial do Hospital Psiquiátrico de Jurujuba. Elas discutiram o sistema manicomial e a aplicação de políticas públicas na área de saúde mental.

Suely afirmou que, em Niterói, há grande dificuldade na relação entre sistema de saúde mental, hospitais e outras instituições públicas. Segundo ela, ainda há a concepção consolidada de que os manicômios são a solução para os portadores de transtornos mentais: “Ano passado começamos com a ideia de ‘partir para a cidade’. Resolvemos fazer um grupo de trabalho. Foi um caminho interessante. Mas ainda é muito difícil a relação com o Ministério Público, com o INSS. Em nossa última reunião, foi difícil entender a visão do INSS em relação à concessão de um benefício para um paciente nosso”, disse Suely. “Nossas políticas públicas são muito fragmentadas”, concordou Ana Carla.

Suely afirmou que “para a desconstrução do dispositivo manicomial” há necessidade do enfrentamento de posições clínicas: “Devemos estranhar projetos terapêuticos que não respeitem as particularidades de cada um”. Ela ainda questionou a existência de leitos para longa permanência de usuários. Lorena disse que, para o senso comum, “lugar de doido é no hospício”. Carla interveio, dizendo que a ideia não é exclusiva do senso comum: “É uma ideia *lato senso*”, criticou.

“Às vezes, demoram anos para fazermos com que a família e os vizinhos compreendam que o hospital psiquiátrico não é o lugar para o usuário. Ali não é a casa dele”, disse Suely.

## **Centro de artes da UFF expõe trabalhos artísticos de pacientes**

Paralelamente ao Reforma em Cena, teve início, na Galeria do Centro de Artes UFF, a exposição “Olhares (in)conscientes”, com trabalhos de artistas revelados durante as oficinas culturais realizadas em instituições de saúde mental de Niterói.

A exposição permanece na Galeria até o dia 25 de junho. O Centro de Artes UFF fica na Rua Miguel de Frias, 9 – Icaraí, Niterói. Outras informações, na página do Centro de Artes.

# CRP-RJ prestando contas

O CRP-RJ publica, a cada edição do jornal, uma prestação de contas das receitas e gastos do Conselho durante o trimestre anterior. Mas talvez nem sempre fique claro para os psicólogos que recebem o jornal o que são estes gastos que estamos mostrando.

Por exemplo, o que são os gastos com “serviços de terceiros – pessoa jurídica”, o item de maior valor depois do gasto com pessoal e obrigações patronais? São pagamentos feitos pelos serviços de limpeza e segurança das sedes, de telefonia, de internet, de impressão de material

gráfico – inclusive de impressão deste jornal –, entre outros. Ou seja, são serviços que o CRP-RJ necessita para se manter funcionando, realizar eventos e para continuar informando e instigando os profissionais a debater questões importantes da Psicologia.

Conselho Regional de Psicologia - 5ª Região					
Balço Patrimonial					
Em R\$					
ATIVO	ABR/06	ABR/07	PASSIVO	ABR/06	ABR/07
<b>Ativo Financeiro</b>	3.872.609	5.229.232	<b>Passivo Financeiro</b>	59.416	201.708
Disponível	39.471	69.134	Contas a pagar	0	0
Disponível Vinculado	3.829.635	5.151.862	Consignações	3.119	50
Realizável	3.390	6.823	Cretores da Entidade	3.143	1.994
Resultado Pendente	113	1.813	Entidades Públicas Cretores	53.154	49.364
<b>Ativo Permanente</b>	7.085.992	6.795.550	Restos a Pagar	0	46
Bens Patrimoniais	2.315.033	2.359.240	Provisões	0	150.254
Créditos	4.770.959	4.436.310	<b>Patrimônio ( ARL ) *</b>	10.899.185	11.823.074
<b>TOTAIS</b>	10.958.601	12.024.782	* ARL: Ativo Real Líquido		
			<b>TOTAIS</b>	10.958.601	12.024.782

Demonstrativo das Receitas e Despesas				
REFERÊNCIAS:	Períodos em Reais		(*) VARIAÇÕES	
	jan a abr/06	jan a abr/07	( R\$ )	( % )
<b>Receitas</b>				
Anuidades	3.014.266	3.485.054	470.788	16
Patrimonial	92.000	104.864	12.864	14
Serviços	40.193	58.149	17.956	45
Dívida Ativa	274.925	212.343	-62.582	-23
Diversas	5.951	56.839	50.888	855
<b>Total</b>	<b>3.427.335</b>	<b>3.917.249</b>	<b>489.914</b>	<b>14</b>
<b>Despesas</b>				
<b>De Custeio</b>	<b>1.808.815</b>	<b>1.946.835</b>	<b>138.020</b>	<b>8</b>
Pessoal e Obrig. Patronais	437.788	492.018	54.230	12
Material de Consumo	19.705	23.570	3.865	20
Serviços de Terc. P. Física	22.388	5.778	-16.610	-74
Serviços de Terc. P. Jurídica	438.820	407.432	-31.388	-7
Diversas Despesas de Custeio	11.390	44.800	33.210	292
<b>Transferências ao CFP</b>	<b>878.724</b>	<b>973.437</b>	<b>94.713</b>	<b>11</b>
<b>Investimentos</b>	<b>193</b>	<b>1.344</b>	<b>1.151</b>	<b>596</b>
Equipamentos e Materiais Permanentes	193	1.344	1.151	596
<b>Total</b>	<b>1.809.008</b>	<b>1.948.179</b>	<b>139.171</b>	<b>8</b>
<b>Resultado = Receitas - Despesas:</b>	<b>1.618.327</b>	<b>1.969.070</b>	<b>350.743</b>	<b>22</b>

**Representação Gráfica:**

Receitas

Nota: Houve um incremento de 14 % nas Receitas

Despesas

Nota: Houve um incremento de 8% nas Despesas

Rio de Janeiro, 30 de abril de 2007

Obs: Os valores estão expressos em Reais (R\$).

Maria Christina de M. Orrico  
Presidente  
CRP-05/927

Fabiana Castelo Valadares  
Conselheira - Tesoureira  
CRP-05/28.553

Roner Tavares  
Contador  
CRC-RJ 097.613/O-8

# Mídia e Psicologia

## Produção de subjetividades e coletividades

Nos dias 28, 29 e 30 de junho de 2007, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro e o Conselho Federal de Psicologia realizarão o Seminário “Mídia e Psicologia: produção de subjetividades e coletividades”. O evento tem o apoio do Conselho Regional de Psicologia de São Paulo, da Associação Brasileira de Ensino de Psico-

logia, do Instituto de Psicologia e da Escola de Comunicação da UFRJ e do Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação, e tem como objetivo discutir a mídia e a produção de subjetividade e pensar como a psicologia pode participar desse debate.

O evento será realizado no Instituto de Psi-

cologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), no Auditório Gilberto Freyre da FUNARTE e no auditório da Escola Naval, no Rio de Janeiro. Quem quiser participar do evento pode se inscrever até o dia 15 de junho.

Confira a programação do Seminário no box abaixo e participe!

### 28/06/07 (quinta-feira)

Local: Funarte - Auditório Gilberto Freyre, Palácio da Cultura Gustavo Capanema - Rua da Imprensa, 16, 1º andar, Centro - Rio de Janeiro/RJ

**19h** - Abertura

**19h30** - Conferência de Abertura

*Palestrante:*

Manuel Calvino - psicólogo, produtor e apresentador do Programa Venha e Veja da TV de Cuba

### 29/06/2007 (sexta-feira)

Local: Instituto de Psicologia da UFRJ - Campus Praia Vermelha - Av. Pasteur, 250 - Urca

**9h às 11h** - Mesas

“A Tecnologia das mídias: A Relação dos Sujeitos com os Meios Técnicos de Comunicação”

*Palestrantes:*

Rosa Pedro - UFRJ

Ana Maria Nicolacci - Dep. Psicologia PUC/RJ

Gustavo Gindre - Coletivo Brasil de Comunicação Social Intervenções/RJ

“A Produção dos Sujeitos: A Tensão entre Cidadania e Alienação”

Pedrinho Guareschi - PUC-RS

Diva Conde - UFRJ

Henrique Antoun - UFRJ

“Mídia e Produções de Subjetividade: Questões da cultura”

Luiz Alberto Sanz - UFF

Fernanda Bruno - UFRJ

Marcus Vinícius de Oliveira - CFP

**11h30 às 13h** - Apresentação de Trabalhos

**15h às 17h** - Mesas

“Mídia e Produções de Subjetividade: O Poder da Mídia”

Venício Lima - UnB



Marcos Ribeiro Ferreira - ABEP

Vito Giannotti - Núcleo Piratininga de Comunicação

“Mídia e Produções de Subjetividade: Questões do Racismo”

Joel Zito Araújo - Produtor de Cinema

Maria Aparecida Bento - CFP

Joel Rufino dos Santos - Historiador, especialista em comunicação e cultura

“Publicidade e a Produção de Subjetividade”

Noemí Friske Momberger - Advogada Especialista em publicidade infantil

Rachel Moreno - USP

Roberto Menna Barreto - Publicitário

**17h30 às 19h** - Apresentação de Trabalhos

### 30/6/07 (sábado)

Local: Instituto de Psicologia da UFRJ - Campus Praia Vermelha - Av. Pasteur, 250 - Urca

**9h às 11h** - Mesas

“Mídia e Produções de Subjetividade: Questões da violência”

Andréia Mendes dos Santos - PUC - RS

Paulo Roberto Gibaldi Vaz - UFRJ

“Mídia e Produções de Subjetividade: Questões da Infância e Adolescência”

Guilherme Canela - coordenador de Relações Acadêmicas da ANDI

Ana Olmos - especialista em neuropsicologia infantil

Yves de La Taille - USP

“Educação para a Mídia: Leitura Crítica”

João Roberto Ripper - jornalista Observatório das Favelas

Rosária Ilgenfritz Sperotto - UniPel/RS

**11h30 às 13h30** - Mesas

“A Contribuição da Psicologia para a Mídia de Resistência”

Laurindo Lalo Leal Filho - ECA/USP. Apresentador do Programa Ver TV

Adilson Vaz Cabral Filho - UFF

Bruno Lima Rocha - Fundação Abraço

“A Produção de Sujeitos: A Tensão entre Ficção e Realidade”

Berenice Mendes Bezerra - Associação Nacional dos Artistas e Técnicos em Espetáculos

Fátima Nassif - PUC/SP

James Áreas - UERJ

“Ética e Pensamento”

Maria Rita Kehl - psicanalista e ensaísta

Gustavo Barreto - Rede Nacional de Jornalistas Populares

Mauro Malin - Observatório da Imprensa

**15h30 às 17h30** - Mesa de Encerramento

Local: Escola Naval - Av. Pasteur, 480 - Urca

“Democratização da Comunicação”

Celso Schröder - FNDC - FENAJ

Sergio Gardenghi Suiama - Procuradoria de Saúde e Educação SP

Ricardo Vieiralves de Castro - UERJ, diretor do Museu da República

# CRP-RJ e CRESS-RJ discutem assistência social no Brasil

No dia 27 de abril, o Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-RJ), com o apoio do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ), realizou o evento “Seminário de Assistência Social: a política de assistência social e os desafios para o século XXI”. Com o objetivo de discutir a implantação da política de assistência social no Brasil, o seminário reuniu psicólogos, assistentes sociais e estudantes na Universidade do estado do Rio de Janeiro (Uerj) para debater o assunto com os convidados de três mesas redondas.

Muitos dos palestrantes criticaram a atual política de assistência social no Brasil, chamando atenção para a dicotomia presente no governo brasileiro, que tem projetos de extinguir diversos direitos sociais, especialmente os ligados ao trabalho, mas que, ao mesmo tempo, implanta programas de assistência social. José Paulo Neto, professor da Escola de Serviço Social da UFRJ, foi um dos que criticou duramente o Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e a política de assistência social no país hoje. “Estamos criando uma grande porta de entrada para um programa que não tem porta de saída”, afirma ele.

Outra questão importante discutida no evento foi a necessidade de se construir políticas voltadas para cada território em que a assistência



estiver sendo implantada, sempre com a participação dos usuários. Segundo Iolete Ribeiro da Silva, conselheira do Conselho Federal de Psicologia, “é preciso pensar na demanda. O tipo de assistência construída a partir de uma só perspectiva, que não inclui os usuários e produz assistidos crônicos, está a serviço da exclusão”.

Os limites da assistência também foram bastante debatidos. Fátima Grave, professora da Escola de Serviço Social da UFRJ, chamou a atenção para a necessidade de se pensar a assistência não como um fim, mas um meio: “É preciso tomar cuidado em se superdimensionar a assistência porque, quando ela não resolve os problemas, o indivíduo é responsabilizado”.

## CRDH debate a psicologia no Brasil e a criminalização do jovem pobre

A conselheira da Comissão Regional de Direitos Humanos do CRP-RJ, Cecília Coimbra, foi convidada a representar a CRDH e discutir questões dos Direitos Humanos e da Psicologia em dois eventos, realizados em 25 de abril e 08 de maio.

O primeiro, realizado pela Universidade de Barra Mansa, foi uma comemoração à abertura do curso de Psicologia da Universidade, no início deste ano. Cecília deu uma palestra para alunos do curso, traçando um panorama da história da Psicologia no Brasil desde seu início, durante a ditadura militar e comentando os efeitos desta história para a prática psi-

Já no encontro “A paz a gente é que faz – Seminário de Inteligência Social”, realizado pela ONG Genera – Inteligência Social e pelo Instituto Não-violência em Curitiba, Cecília participou de uma mesa redonda sobre “Cultura de paz, violência e juventude”. A mesa também teve a participação de José Pio Martins, vice-reitor do Centro Universitário Positivo, da pedagoga Gilda Luck, e de Jorge Luiz Barbosa, coordenador do Observatório de Favelas. A conselheira falou sobre o fenômeno crescente da vinculação de jovens e crianças pobres a uma imagem de criminalidade.

## Comissão Eleitoral Informes

A Comissão responsável pelo processo eleitoral do Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro em 2007 informa:

- Os psicólogos deverão estar quites com as anuidades até o ano de 2006 para exercerem o direito de voto na eleição deste ano. Aqueles que se encontram em situação de inadimplência, ou seja, cujas anuidades até o ano de 2006 estiverem em aberto, e que não regularizarem esta situação até o dia **29 de junho de 2007**, apenas poderão votar na sede do CRP-RJ, mediante a apresentação de comprovante de pagamento. A sede do CRP-RJ fica na R. Delgado de Carvalho, 53 - Tijuca, no Rio de Janeiro.

- Os psicólogos interessados em participar das eleições como mesários devem entrar em contato até **6 de julho de 2007** através do e-mail [comissaoeleitoral2007@crprj.org.br](mailto:comissaoeleitoral2007@crprj.org.br), informando o nome completo, número do CRP, endereço e telefone para contato.

- A eleição será realizada em **27 de agosto, Dia do Psicólogo, de 9h às 17h**.

- A próxima edição do jornal do CRP-RJ será uma edição especial dedicada à apresentação das chapas inscritas para concorrer à próxima gestão do CRP-RJ e aos informes da Comissão Eleitoral.

Cada chapa deverá apresentar, **até 27 de junho de 2007**, textos de até 2.000 palavras (correspondente a cinco laudas de texto em Arial 11 e espaço 1,5) e até 6 fotos em alta resolução (300 dpi), que ocuparão o espaço de 3 páginas da próxima edição do jornal (formato tablóide). O material deve ser entregue em disquete ou CD.

Vale lembrar que os textos e fotos serão publicados de acordo com o padrão do jornal do CRP-RJ, **não podendo haver alterações**. Preferências pela localização e tamanho (uma ou duas colunas) de cada foto devem ser informadas no momento da entrega do material. A Comissão editorial **NÃO** se responsabilizará por eventuais correções ortográficas ou gramaticais nos textos.

Será realizado um sorteio na data final para a entrega do material, às 11h, para que se decida qual a ordem em que a apresentação das chapas aparecerá no jornal. Deverão estar presentes no sorteio **APENAS** os presidentes de cada chapa inscrita.



# Projeto Depoimento Sem Danos gera debates

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro (CRP-RJ), através da sua Comissão de Direitos Humanos e em parceria com o Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro (CRESS-7ª Região), realizou, no dia 27 de abril, o evento *Depoimento “Sem Danos”: O que você pensa sobre isso?* O evento, que contou com a participação de profissionais das áreas da Psicologia, Direito e Serviço Social, teve como objetivo discutir a atuação das equipes técnicas no sistema judiciário e a possível implantação do projeto Depoimento Sem Danos (DSD) nas Varas de Justiça do Rio de Janeiro.

O DSD, projeto implantado na 2ª Vara da Infância e da Juventude de Porto Alegre em maio de 2003, tem como principal objetivo “promover a proteção psicológica da criança vítima de violência sexual”, evitando seu contato com o acusado e a repetição de interrogatórios. Nas audiências realizadas no sul do país, são os psicólogos ou assistentes sociais os responsáveis pela inquirição das vítimas. Através de um ponto eletrônico, as perguntas do juiz, promotor e advogado de defesa são passadas ao profissional da área psicossocial, que as repassa à criança, de forma considerada mais coerente e adaptada ao seu universo.

As duas mesas de debate e a participação do público presente mostraram que há um desconforto entre assistentes sociais e psicólogos da área jurídica em relação à suposta implantação do DSD no Rio de Janeiro. As principais objeções apresentadas dizem respeito ao caráter “sem dano” do

depoimento e à sua metodologia — que consistiria em uma interferência tanto na atividade de assistentes sociais, como na de psicólogos.

De acordo com Eliana Olinda Alves, psicóloga do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, a inquirição à vítima compete à área policial ou jurídica. Segundo ela, parece haver uma confusão quanto à natureza de trabalhos interdisciplinares, pois em vez de atuar como psicólogos, os profissionais estariam trabalhando em funções que se caracterizariam como extensões do juiz. Glória Vargas, assistente social do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro, chamou atenção para o lugar dos profissionais da área psicossocial: “Queremos participar de outra forma, na constituição deste processo, assegurando, em primeiro lugar, a proteção da criança e, evidentemente, a preservação dos espaços profissionais, com seus conteúdos éticos”. Já para a promotora de justiça Carla Carvalho Leite, tendo em vista a ineficiência em que se encontra o atual sistema jurídico do país, o DSD é uma saída positiva: “Não é da atribuição do juiz, do promotor ou do advogado, perguntar à criança sobre o abuso, ele não tem competência, não tem técnica de entrevista, não sabe usar as palavras da criança”.

Durante o evento também foram discutidas as relações entre as equipes interdisciplinares presentes no âmbito judiciário. Assim como em relação à prática do Depoimento Sem Danos, os profissionais da Assistência Social e da Psicologia afirmaram haver um mal-estar permeando o



trabalho que desempenham junto aos profissionais do Direito.

Wanderlino Nogueira, procurador de Justiça aposentado e Consultor da Associação Nacional dos Centros de Defesa da Criança e do Adolescente - Seção Brasil do Defense for Children International, criticou as práticas hegemônicas do Direito. “Precisamos acabar com esta expressão cunhada atualmente: ‘operadores do Direito’. Quem opera o Direito é quem o aplica. No dia a dia, somos todos nós que aplicamos o Direito”.

Andreia Pequeno, presidente do Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro, afirmou ainda que o trabalho interdisciplinar ainda não é realizado de fato nas Varas de Justiça: “Hoje a organização do trabalho parece pressupor a importância do nosso trabalho, mas isso ainda se dá de forma estanque. Acho que a falta de diálogo prejudica o trabalho da equipe. Construir coletivamente é muito mais do que fazer a soma das partes”, afirmou.

## Psicologia e Serviço Social no Campo Sócio Jurídico

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro e o Conselho Regional de Serviço Social do Rio de Janeiro realizarão nos dias 2 e 3 de julho o I Encontro Estadual “Psicologia e Serviço Social no Campo Sócio Jurídico”. O evento, que tem como tema “**Violação e Garantias de Direitos: Compromisso Ético-político em Debate**”, tem por objetivo discutir a participação e as possíveis contribuições de psicólogos e assistentes sociais no campo sócio-jurídico.

O local do evento ainda não foi confirmado. Confira a programação abaixo e fique atento ao site do CRP-RJ ([www.crprj.org.br](http://www.crprj.org.br)) para mais informações.

### Dia 02/07

**Mesa 1** - Encontros entre serviço social e psicologia no campo sócio-jurídico

**Mesa 2** - Laudos, pareceres e documentos: a que serve essa produção?

**Mesa 3** - Trabalhando com famílias: que conexões são estabelecidas?

### Dia 03/07

**Mesa 1** - A criminalização e o papel das políticas públicas

**Mesa 2** - Aprisionamento da população: uma política de segurança?

**Mesa 3** - Lei Maria da Penha: o que muda no enfrentamento da violência doméstica contra a mulher?

# Psicólogos terão desconto em plano de saúde

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro assinou um convênio com a administradora de planos de saúde Unimed. A partir deste convênio, todos os profissionais inscritos no CRP-RJ terão direito a descontos nos planos de saúde da administradora. Os descontos variam entre 30 e 50%, dependendo do plano escolhido pelo psicólogo, e valerão tanto para o titular do plano quanto para seus dependentes.

Além dos descontos, os psicólogos que não tiverem planos de saúde ou que forem associados a outras administradoras também terão carências reduzidas ao assinar o novo plano. Psicólogos que já forem associados a Unimed poderão migrar para o plano com descontos sem qualquer prejuízo.

Vale lembrar que o CRP-RJ não obteve nem terá nenhum benefício e nenhum custo para efetuar este convênio. O Conselho o fez atendendo

uma antiga reivindicação de vários psicólogos.

Para se inscrever, basta preencher a ficha de inscrição e enviá-la por fax, junto com a cópia dos outros documentos especificados, para a Unimed.

A ficha de inscrição também está disponível no site do CRP-RJ ([www.crpri.org.br](http://www.crpri.org.br)). Para outras informações, basta ligar diretamente para a Unimed pelos telefones (21) 3139-7588 / 3139-7876 / 3139-7595.

## Colegiado dos Conselhos Profissionais discute formação e exercício profissional

No dia 27 de abril, o Colegiado dos Conselhos Profissionais realizou o IV Fórum do Colegiado dos Conselhos Profissionais do Rio de Janeiro. O evento, destinado aos conselheiros, funcionários e colaboradores dos Conselhos, aos coordenadores de cursos de graduação e demais instituições ligadas ao ensino, foi realizado na sede do Conselho Regional de Odontologia do Rio, dando continuidade à série de debates que vêm sendo realizados pelo Colegiado desde 2005. O tema do IV Fórum foi a formação e o exercício profissional.

Participaram da mesa a professora Ana Maria de Almeida Ribeiro, técnica em assuntos educacionais da UFRJ e membro do Conselho Superior de Graduação da UFRJ; o psicólogo Ademir Pacelli, CRP 05/3148, professor do Instituto de Psicologia da UERJ e o professor Alcebiades Souza Teixeira Filho, representante do Deputado Marcelo Freixo, membro efetivo da Comissão de Educação da Alerj. A mesa foi mediada pelo conselheiro do CRP-RJ e professor da UFRJ, Pedro Paulo Gastalho (foto).

Os quatro palestrantes falaram sobre a situação atual da Universidade, que tende a desvincular a prática profissional dos cursos de graduação em geral, privilegiando uma formação mais acadêmica, e sobre a necessidade de se voltar a vincular a pesquisa à experiência prática. Segun-

do Ana Maria, “é preciso trazer problemas do dia-a-dia para dentro da faculdade, incentivando o aluno a pensar questões diretamente ligadas à sua profissão. Mas o que se vê muito é um isolamento acadêmico, que privilegia as disciplinas teóricas em detrimento de disciplinas que se relacionam mais diretamente com a profissão ou com os estágios”. Pacelli criticou os métodos de avaliação feitos pelas instituições financiadoras brasileiras, “que premiam professores e ‘técnicos’ de modo diferenciado, privilegiando a pesquisa, em lugar dos cursos de extensão e da prática”.

Além disso, os palestrantes salientaram a importância da não-redução da carga horária dos cursos de graduação e criticaram instituições de ensino à distância. Alcebiades reforçou sua crítica dizendo que, muitas vezes, “o único objetivo desses cursos, especialmente em instituições particulares, é reduzir os custos com professores. Os alunos ficam completamente perdidos, porque só têm uma aula por semana e muitos deles têm dificuldade de interação com o computador, o que dificulta seu acesso ao conteúdo do curso”.

Os quatro palestrantes também criticaram a proposta da aplicação de exames de proficiência por parte dos Conselhos Profissionais. Segundo Ana Maria, “não é papel dos Conselhos substituir a academia na hora de dizer quem é profis-



sional ou não. Se o aluno passou quatro ou cinco anos em uma Universidade, fez uma série de testes aplicados por professores capacitados, ele é um profissional no fim de seu curso”.

Pedro Paulo encerrou a mesa, salientando que os Conselhos Profissionais não querem ser interventores dentro das Universidades e sim contribuir com questões importantes da profissão para que elas possam ser discutidas em aula. “É preciso pensar a formação não como algo anterior ao exercício profissional, mas algo que deve caminhar junto”.

O Colegiado dos Conselhos se reúne mensalmente e sua sede funciona, desde 2004, no CRP/RJ. A partir do mês de maio deste ano o Conselho Regional de Fonoaudiologia do Rio de Janeiro (CRF<sup>a</sup> 1) passará a sediar o Colegiado pelo período de dois anos.

# Mostra Regional de Práticas em Psicologia

O Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro promoverá, **de 11 a 14 de julho**, a Mostra Regional de Práticas em Psicologia. Com o objetivo de dar aos psicólogos do Rio de Janeiro a oportunidade de se encontrar e debater sobre sua profissão, o evento também proporcionará a apresentação dos trabalhos realizados pelos profissionais do estado nas mais diversas áreas da Psicologia.

Além dos psicólogos, o evento também será aberto a estudantes de Psicologia e profissionais de áreas afins, que poderão enviar trabalhos desenvolvidos nos diversos campos de atuação da Psicologia, incluindo atividades de extensão acadêmica.

Os participantes poderão apresentar seus trabalhos na forma de comunicações orais, chamadas de “experiências em debates”. As apresentações destas comunicações serão reunidas em grupos e sempre seguidas de um debate com o público. Além disso, durante o evento serão realizados vídeo-debates e oficinas, abertos à participação de todos. Confira a programação no box ao lado.

O evento será realizado na Universidade Veiga de Almeida, campus Tijuca. Outras informações no site da Mostra ([www.crprj.org.br/mostra](http://www.crprj.org.br/mostra)) ou pelos telefones (21) 2139-5438 / (21) 2139-5407.

## Como se inscrever

Para se inscrever no evento, basta acessar o site [www.crprj.org.br/mostra](http://www.crprj.org.br/mostra). Preencha a ficha de inscrição com as informações pedidas e imprima o boleto gerado pelo sistema. Lembramos da importância do pagamento ser feito dentro do prazo. As inscrições para participantes vão até o dia **29 de junho** pela internet, mas, quem quiser, também poderá se inscrever nos dois primeiros dias da Mostra.

Confira os valores das inscrições na tabela abaixo:

<b>Categoria</b>	<b>Até 29/06/2007</b>	<b>Durante o evento</b>
<b>Profissional</b>	<b>R\$ 25,00</b>	<b>R\$ 30,00</b>
<b>Estudante</b>	<b>R\$ 15,00</b>	<b>R\$ 20,00</b>

Quem quiser se inscrever nas “experiências em debate” deverá se inscrever primeiro como “participante” e, após o pagamento do boleto, deve voltar ao site para inscrever seu trabalho. Os inscritos receberão a confirmação de inscrição e o horário de apresentação através de seu endereço eletrônico. As inscrições já estão abertas. Participe!



## Programação

**A programação da Mostra Regional ainda está sendo construída. Confira abaixo os eventos já confirmados e fique atento ao site para mais informações:**

### **Dia 11/07**

De 9h às 13h – Credenciamento  
15h – Mesa de abertura  
15h30 – Vídeo-debate  
17h30 – Espaço Cultural

### **Dia 12/07**

De 9h às 13h – Apresentação de trabalhos - “Experiências em debate”  
15h – Oficina sobre Aconselhamento em DST/HIV/Aids  
17h30 – Oficina “Ética para além das normas”

### **Dia 13/07**

De 9h às 13h – Apresentação de trabalhos - “Experiências em debate”  
15h – Vídeo-debate  
17h30 – Oficina da Comissão Regional de Direitos Humanos  
- Oficina do Centro de Teatro do Oprimido

### **Dia 14/07**

De 9h às 13h – Apresentação de trabalhos - “Experiências em debate”  
15h – Mesa de encerramento  
17h30 – Apresentação do Grupo Maré em Dança  
19h - Festa de confraternização

## Prêmio Monográfico Margarete Paiva

Durante a Mostra Regional de Práticas em Psicologia, o Conselho Regional de Psicologia do Rio de Janeiro lançará o Prêmio Monográfico Margarete Paiva. O prêmio homenageia Margarete de Paiva Simões Ferreira, ex-integrante da Comissão Gestora instituída no CRP-RJ em 2003 e militante ativa do Movimento da Luta contra a AIDS, falecida em dezembro do ano passado.

Nesta primeira edição, vinculada ao trabalho que vem sendo desenvolvido pelo Centro de Referência Técnicas em Psicologia e Políticas Públicas, o prêmio terá como tema “Experiências exitosas em Psicologia e Políticas Públicas”. O objetivo é dar visibilidade a experiências bem sucedidas desenvolvidas por psicólogos para a promoção e defesa de políticas públicas, dentro do

projeto CREPOP. Os interessados poderão se inscrever a partir do dia 11 de julho, data de início da Mostra.

Os participantes poderão se inscrever em duas categorias: “Profissional – trabalho individual” e “Profissional – trabalho em equipe”. Para se inscrever, os profissionais devem enviar cinco cópias do trabalho impressas e uma cópia gravada em disquete, em formato Word, para a sede do CRP-RJ, aos cuidados da Comissão Julgadora do Prêmio Monográfico Margarete Paiva. O período de inscrições encerra em 11 de setembro e o resultado será anunciado em 11 de dezembro de 2006.

Para ler o edital e saber mais detalhes sobre a apresentação de trabalhos para o prêmio acesse o site do CRP-RJ ([www.crprj.org.br](http://www.crprj.org.br)).

# Congresso Regional de Psicologia é realizado no Rio

Com o objetivo de votar as teses apresentadas pelos psicólogos de todo o Brasil ao Congresso Nacional de Psicologia (CNP), foi realizado nos dias 04, 05 e 06 de maio, no Rio de Janeiro, o Congresso Regional de Psicologia (COREP). O evento reuniu 64 delegados, que haviam sido eleitos nos seis pré-Congressos realizados no estado do Rio durante os meses de março e abril de 2007.

Os trabalhos foram abertos pela nova conselheira-presidente do CRP-RJ, Maria Cristina Orrico, e pelo novo vice-presidente, Nélio Zuccaro. Cristina e Nélio assumiram a diretoria do Conselho em 28 de abril, depois que os antigos integrantes pediram afastamento da diretoria para poderem se candidatar à eleição que escolherá a próxima plenária que administrará o CRP-RJ no triênio 2007-2010, cumprindo assim o regulamento eleitoral. Completam a nova diretoria do CRP-RJ as conselheiras Carla Barbosa, como conselheira-secretária, e Fabiana Valadares, como conselheira-tesoureira.

Cristina lembrou as ações do plenário atual nestes três anos de gestão, salientando a importância da relação entre Direitos Humanos e Psicologia. Em seguida, explicou os objetivos do

COREP e do CNP, lembrando que este último é a instância máxima de deliberação do Sistema Conselhos de Psicologia.

Durante os três dias de evento foram discutidas e votadas 156 teses, apresentadas por todos os Conselhos Regionais de Psicologia do Brasil. As decisões de cada regional sobre as teses serão agora sistematizadas pela Comissão Organizadora Nacional. Apenas as teses aprovadas em, no mínimo, cinco Congressos Regionais serão levadas ao Congresso Nacional de Psicologia para nova discussão.

Além de votar as teses, os psicólogos presentes escolheram os delegados que representarão o Rio de Janeiro no VI CNP. Foram eleitos 8 delegados. São eles os psicólogos Lindomar Expedito Silva Darós (CRP 05/20112), José Novaes (CRP 05/980), Pedro Paulo Gastalho de Bicalho (CRP 05/26077), Eliana Olinda Alves (CRP 05/24612), Vivian Fraga (CRP 05/30376), André Souza Martins (CRP 05/33917), Wilma Fernandes Mascarenhas (CRP 05/27822) e José Eduardo



Menescal Saraiva (CRP 05/23758). Como suplentes, foram eleitos Rosalee S. Crespo Istoe (CRP 05/19171) e Wesley Chrispim da Silva (CRP 05/32113).

O COREP também foi o último momento que os psicólogos do Rio tiveram para inscrever chapas para a eleição do próximo plenário do CRP-RJ. Foram inscritas duas chapas, que se apresentarão aos psicólogos do Rio através de nosso site e através da edição especial de nosso jornal sobre as eleições.

**Procurando se aproximar dos psicólogos do interior do estado, o CRP-RJ realizará eventos nas cidades de Campos e Resende, nos dias 23 e 25 de junho, respectivamente. Os eventos terão como tema "Psicologia e Justiça: construção de outros processos" e serão realizados nos campi da Universidade Estácio de Sá de cada cidade. Fique atento ao site do CRP-RJ ([www.crpjrj.org.br](http://www.crpjrj.org.br)) para mais informações.**

- MUDOU-SE
- DESCONHECIDO
- RECUSADO
- ENDEREÇO INSUFICIENTE
- NÃO EXISTE O Nº INDICADO
- INFORMAÇÃO ESCRITA PELO
- PORTEIRO OU SÍNDICO
- FALECIDO
- AUSENTE
- NÃO PROCURADO

REINTEGRADO AO SERVIÇO  
POSTAL EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_

EM \_\_\_/\_\_\_/\_\_\_ \_\_\_\_\_  
CARTEIRO



Impresso  
Especial

050200039-2/2001-DR/RJ  
**CRP - 5ª REGIÃO**

...CORREIOS...

**CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA - 5ª REGIÃO**  
RUA DELGADO DE CARVALHO, 53 TIJUCA  
RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20260-280

**IMPRESSO**